Revista Angolana de Sociologia

9 | 2012
Pobreza e desigualdades sociais

Modos de vida da pobreza em Angola

Ways of life of poverty in Angola

Sílvia de Oliveira

Edição electrónica
URL: http://journals.openedition.org/ras/457
DOI: 10.4000/ras.457
ISSN: 2312-5195

Editora
Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa
Data de publição: 1 junho 2012
Paginação: 125-134
ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica
Sílvia de Oliveira, « Modos de vida da pobreza em Angola », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 9 | 2012, posto online no dia 11 dezembro 2013, consultado no dia 10 dezembro 2020. URL : http://journals.openedition.org/ras/457 ; DOI : https://doi.org/10.4000/ras.457

© SASO

Revista Angolana de Sociologia
Junho de 2012, n.º 9, pp. 125-134
© 2012, Sociedade Angolana de Sociologia

Modos de vida da pobreza em Angola

Sílvia de Oliveira

Resumo

O contexto de paz que actualmente se vive em Angola tem permitido mais estudos e investigações sobre a pobreza que caracteriza este país e que afecta grande parte da sua população, bem como a compreensão sobre o modo como as categorias sociais mais vulneráveis à pobreza enfrentam o seu quotidiano. É nesse contexto que se insere e adquire importância a noção de modo de vida da pobreza.

Palavras-chave

Pobreza, modos de vida, Angola.

Introdução

A investigação na área da pobreza requer não só o estudo da distribuição dos rendimentos, das carências e privações, das suas causas e consequências e da identificação das categorias sociais mais susceptíveis de serem afectadas por este fenómeno, mas igualmente das práticas quotidianas que se estabelecem, de forma a ultrapassar os constrangimentos que enfrentam. É nesse contexto que se insere a importância da investigação sobre os modos de vida da pobreza.

A investigação alargada no domínio da pobreza é recente em Angola. O conflito armado que assolou o país desde a independência (1975-2002) não permitiu a elaboração aprofundada de muitos estudos sobre a pobreza. Porém, a dinâmica que caracteriza este fenómeno e as alterações sociais que diariamente se registam, levam a que os conceitos aqui apresentados estejam em permanente mutação. Assim, começamos esta apresentação com uma avaliação e interpretação dos indicadores sociais que caracterizam a pobreza em Angola, bem como da identificação das categorias sociais mais vulneráveis a esse fenómeno. Tendo por base as investigações de Luís Capucha [2005], segue-se a descrição teórica dos modos de vida da pobreza e sua respectiva identificação no contexto angolano.

Pobreza em Angola

Em 2004, dois anos após o término do conflito armado, o governo angolano elaborou a sua *Estratégia de Combate à Pobreza* (ECP)[1], com o objectivo principal de preparar as medidas para combater esse fenómeno, que, na altura, afectava 68% da população angolana, dos quais 26% se encontravam em condição de pobreza extrema (equivalente a até 0,75 dólares por dia) [MINPLAN 2005]. No mesmo documento foram identificados os seguintes factores como causas da pobreza em Angola: o conflito armado, a pressão demográfica, a destruição e degradação das infra-estruturas económicas e sociais, o funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e protecção social, a quebra muito acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, a debilidade do quadro institucional, a desqualificação e desvalorização do capital humano e a ineficácia das políticas macroeconómicas [MINPLAN 2005].

Estes factores, que afectam de forma diferente cada uma das pessoas, levaram à identificação e caracterização das categorias sociais que em Angola se encontram mais vulneráveis à pobreza, nomeadamente:

a) Pequenos agricultores e camponeses;
b) Analfabetos;
c) Desempregados;
d) Crianças de rua e sem-abrigo;
e) Desmobilizados das forças armadas;
f) Deslocados de guerra;
g) Famílias monoparentais;
h) Deficientes físicos [Carvalho 2004]

Cada uma das pessoas que se insere numa destas categorias sociais enfrenta situações de carência, privação e marginalização, condições que posteriormente os conduzem a uma situação de exclusão social.

Num contexto de paz, e visto já não haver necessidade de despender grande parte do Orçamento Geral do Estado para o sector da defesa[2], o governo angolano afirmou assim a sua intenção em reduzir a pobreza para metade até ao ano de 2015, dando assim cumprimento ao compromisso assumido para concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Desde a aprovação da *Estratégia de Combate à Pobreza*, têm-se registado progressos na redução da pobreza em Angola, tendo a sua incidência baixado para 36,6% em 2009 [INE 2010]. No entanto, 58,8% da população rural ainda vive em condições de pobreza, contra 18,5% da população urbana [INE 2010: 13].

•

1. Resolução nº 9/04, de 4 de Junho de 2004.
2. Entre 1997 e 2002, o Orçamento Geral do Estado apenas despendeu 20 a 30% das despesas para o sector social, no qual se insere a educação, saúde, habitação, assistência social e cultura. Em 1999, 56% das despesas executadas foram destinadas ao sector de defesa e ordem pública [Vinyals 2002: 26].

Apesar dos esforços que têm sido empreendidos, os indicadores sociais para Angola ainda registam valores preocupantes (quadro nº 1), nomeadamente no sector da saúde, educação, nutrição e água e saneamento, determinados pelo deficiente acesso aos serviços sociais básicos.

Quadro nº 1: Indicadores demográficos para Angola

Indicadores	
Taxa de mortalidade infantil	115,7 por mil
Taxa de mortalidade de menores de 5 anos	193,5 por mil
Taxa de mortalidade materna	1.400 por 100 mil
Alfabetização	76%
IDH (2011)	0,486
Taxa de fertilidade	7,2
Esperança média de vida	41,5 anos - mulheres
	38,8 anos – homens

Fonte: INE 2010, MINPLAN 2010, MINPLAN 2011.

Com uma população estimada em 18,8 milhões de habitantes [MINPLAN 2011], Angola apresentou em 2011 um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,486, ocupando 148ª posição no mundo [PNUD 2011]. Se tomarmos em comparação os dois anos anteriores, podemos concluir que tem havido uma regressão no IDH angolano. Para o ano de 2009 Angola apresentou um IDH de 0,564, ocupando a posição 143ª, com uma classificação de desenvolvimento humano considerada pelo PNUD "média". No entanto, esses valores alteraram-se significativamente no ano de 2010, registando-se uma quebra para 0,403 e passando a ocupar a 146ª posição entre 169 países do mundo[3].

O contexto de paz tem possibilitado a recuperação e o crescimento da economia angolana, com destaque para o sector não petrolífero que, desde 2005, tem registado desempenho positivo, nomeadamente nos sectores da construção, agricultura, indústria e serviços financeiros [MINPLAN 2010: 22]. No entanto, esse crescimento está longe de corresponder à melhoria das condições de vida da maioria dos angolanos que, sem qualificação profissional, deslocados das suas zonas de origem, com dificuldades para conseguirem um emprego estável que lhes permita levar uma vida digna, elabora estratégias para conseguir sobreviver e ultrapassar os momentos mais difíceis, que se concretizam em "modos de vida mais ou menos coerentes e solidificados" [Almeida *et. al*. 1994: 95]. Os modos de vida da pobreza enquadram-se assim na forma como as categorias sociais mais vulneráveis adaptam os meios disponíveis às suas necessidades, isto é, a forma como se organizam estrategicamente para darem resposta às suas necessidades, sejam elas biológicas, sociais, culturais, etc.

3. Tendo em conta o contexto de globalização que caracteriza as sociedades actuais, o PNUD decidiu alterar a sua fórmula de cálculo a partir do ano de 2010, nas dimensões de educação, saúde e rendimento, mantendo contudo a sua essência, daí que se registem as diferenças nos indicadores de IDH indicadas. Essa alteração da fórmula de cálculo foi apontada pelos governantes angolanos como a razão principal para a descida acentuada do IDH de 2009 para 2010 e, posteriormente, em 2011.

Modos de vida da pobreza

O homem é um ser social, que possui uma identidade própria que lhe permite adaptar-se ao meio que o rodeia, consoante a sua identidade e os mecanismos disponíveis para a sua realização. Aqueles que se encontram em situação de pobreza constituem os seus modos de vida e desenvolvem as suas estratégias que tanto podem levar à perpetuação da vivência em condições de pobreza, como à superação.

Segundo Isabel Guerra [1993: 70] os modos de vida são entendidos como um "conjunto integrado de práticas articuladas a 'representações do mundo' e a 'imaginários sociais', o que exige um conceito aglutinador das lógicas estruturantes das práticas". Por seu lado, Luís Capucha [2005: 76] defende que os modos de vida são o "elemento mediador que articula os recursos e constrangimentos associados à ocupação de uma determinada posição na estrutura social e o sistema das práticas quotidianas, das avaliações, das representações, das referências sociais e culturais e das escolhas estratégicas feitas pelas famílias ou pelos indivíduos no contexto das disponibilidades desses recursos e das limitações impostas por estes constrangimentos".

Importa portanto saber como é que as pessoas mais pobres organizam os seus modos de vida, isto é, como essas pessoas aproveitam as oportunidades que surgem e como as adaptam às suas necessidades. Para tal, é preciso ter atenção à relação que as práticas quotidianas (de trabalho, de vida familiar, de consumo, de lazer, etc.) estabelecem entre si e com as diferentes "esferas" do social [cf. Guerra 1993].

O conceito de modos de vida comporta quatro dimensões, nomeadamente [Capucha 2005: 214]:

a) uma dimensão social – pertença de classe, relação com redes sociais, estruturas familiares);

b) uma dimensão cultural – símbolos e orientações de vida;

c) uma dimensão espacial – localizações dos contextos de interacção;

d) uma dimensão temporal – trajectos passados ou virtuais.

Autores que se têm debruçado sobre o fenómeno da pobreza [Capucha 1992 e 2005, Almeida *et al*. 1994] identificaram oito tipos diferentes de modos de vida, baseados na maneira de ser e de agir como pobres e na configuração do seu espaço, nas relações familiares e como representam e privilegiam o passado, o presente e o futuro. Estes modos de vida são: destituição, restrição, transitoriedade, desafectação, dupla referência, poupança, convivialidade e investimento na mobilidade.

No contexto angolano não se verifica a presença dos oito modos de vida identificados por estes autores para a sociedade portuguesa. Serão apenas analisados aqueles modos de vida que, em nosso entender, têm aplicabilidade em relação ao objecto de estudo aqui apresentado, que são: a destituição, a restrição, a transitoriedade, o investimento na mobilidade e a desafectação.

Destituição

O primeiro modo de vida analisado é o da destituição, que se identifica com a miséria e, por isso, é a "forma extrema de pobreza e exclusão social" [Amaro 2003: 29]. As pessoas afectadas pela destituição

vivem em condições precárias, em casas de materiais improvisados ou em casas abandonadas. Os membros do agregado familiar são na sua maioria analfabetos, desempregados (ou com empregos precários), o que faz com que a vida seja vivida no limiar da sobrevivência.

Integram-se neste modo de vida os agregados familiares mais pobres de Angola, onde se incluem refugiados nas áreas urbanas em resultado da guerra civil. Os bens de consumo são fornecidos pela caridade, quer de organizações não governamentais, quer de particulares. Em muitos casos, a mendicidade apresenta-se como o único recurso de sobrevivência. As pessoas que integram este modo de vida encontram-se resignadas face ao presente e não traçam planos para o futuro, limitando-se a viver o dia-a-dia. Num estudo realizado por Paulo de Carvalho sobre a exclusão social em Angola, o autor afirma que "a destituição é o modo de vida mais frequente no seio dos deficientes físicos de Luanda" [2004: 278], não sendo entretanto actualmente o modo de vida mais representativo dos pobres angolanos.

Restrição

Encontram-se no segundo modo de vida, designado de restrição, as pessoas sujeitas a empregos instáveis, em "luta pela sobrevivência quotidiana" [Fernandes 1991: 37], como os empregados e operários com fraca qualificação escolar e profissional (que se reflecte nos baixos rendimentos auferidos), os idosos (na sua maioria sem reformas ou com reformas abaixo da linha de pobreza), assalariados agrícolas, famílias monoparentais (sobretudo chefiadas por mulheres) e pessoas deficientes. Este modo de vida distingue-se da destituição pelo acesso ao mercado de trabalho (sobretudo informal) e é actualmente o mais representativo no seio dos pobres angolanos.

Identificamos este modo de vida particularmente na capital angolana, onde o investimento público/privado é maior, reflectindo-se no grande contraste entre algumas bolsas de riqueza e a maioria da população pobre (oriunda sobretudo das restantes províncias) que habita os bairros periféricos da cidade. Nestes bairros, caracterizados pela não existência de um projecto urbanístico, a acumulação de lixo nos espaços circundantes e os esgotos a correrem a céu aberto fazem parte da paisagem. Na quase totalidade dos casos não possuem luz eléctrica nem água canalizada. As habitações destes bairros são pequenas, construídas em blocos de cimento e cobertas de placas de zinco e sempre em permanente estado de construção, constituídas na sua maioria por dois quartos, uma sala e uma cozinha[4]. Para além da má qualidade da habitação, prevalece a falta de conforto. As famílias dormem em esteiras que, na maioria dos casos, também servem de local para a realização das refeições, confeccionadas a lenha ou carvão.

Apesar disso, habitam nessas residências precárias famílias numerosas, onde o controlo da natalidade não se verifica, com muitas crianças famintas e doentes. As crianças vão para a escola, mas poucas progridem além do ensino primário. Cedo começam a ajudar os pais nas suas actividades económicas informais.

4. Normalmente, a latrina ou casa de banho é exterior, porque é partilhada pelas habitações da "rua" ou do bairro.

A falta de qualificação e emprego empurra estas famílias para o mercado informal, onde grande parte dos recursos aí auferidos é gasto na alimentação diária, que é constituída por produtos somente indispensáveis à sobrevivência, que na maioria dos casos não tem qualidade e nem a constituição calórica mínima aceitável. O passado é negativo, o presente resignado (embora por vezes ressentido) e o futuro sem perspectivas [Capucha 2005: 231].

Desafectação

Integram-se neste modo de vida as categorias sociais que romperam os laços com a sociedade e adoptaram estilos de vida marginais, causados na sua maioria pelo insucesso escolar, desemprego ou emprego precário e mal remunerado e baixa qualidade de vida, como é o caso dos toxicodependentes, reclusos e ex-reclusos, crianças de rua e sem-abrigo.

Um pouco por todo o país regista-se a presença de crianças de rua e sem-abrigo, cuja principal actividade consiste na mendicidade e na venda informal como meio de sustento. Acabam por dormir nas escadas dos prédios e debaixo dos carros que estão estacionados. Os toxicodependentes e os ex-reclusos encontram refúgio nos meandros dos bairros peri-urbanos, locais onde o acesso da polícia é limitado.

A percepção do tempo é totalmente centrada no quotidiano, já que o passado é para esquecer e o futuro é de tal forma incerto [Capucha 2005: 230]. Com pouca ou nenhuma instrução e sem formação profissional, na maioria dos casos deslocados das suas zonas de origem e integrados em famílias desestruturadas, aqueles que se integram neste modo de vida tiveram um passado trágico marcado pela guerra, fome e morte. Agora, vivem um dia de cada vez e não traçam, deste modo, planos para o futuro.

Transitoriedade

Tal como o próprio nome indica, enquadram-se no modo de vida da transitoriedade as pessoas que estão numa fase de transição entre um passado que se revelou próspero e um presente que encaram com dificuldade. Entre as famílias da transitoriedade podem encontrar-se as de desempregados, famílias monoparentais, alguns reformados e jovens à procura do primeiro emprego. Este é precisamente o retrato de Angola, um país onde 53,1% da população trabalha por conta própria [INE 2010: 13], na sua maioria no sector informal da economia, onde as reformas não estão actualizadas com o nível de vida, onde os jovens têm imensa dificuldade em encontrar emprego e, sobretudo, onde o nascimento de crianças em famílias monoparentais é muito comum.

As dificuldades que enfrentam no presente condicionam a elaboração de planos para o futuro. Pode verificar-se uma transição para o investimento na mobilidade e, se for bem sucedida, conseguem sair da situação em que se encontram. Caso contrário, acabarão por ser integrados na restrição ou até mesmo na destituição.

Investimento na mobilidade

Por último, encontramos o "investimento na mobilidade", característico dos operários e empregados com alguma escolaridade (relativamente aos modos de vida anteriores) e rendimento fixo (embora muito baixo), na sua maioria integrados na função pública. Constituem categorias que mais têm possibilidade de saída da pobreza dado o investimento que realizam na mobilidade ascendente, oferecendo aos filhos uma escolarização o mais prolongada possível, com o objectivo de aquisição de um *status* social mais elevado [Fernandes 1991: 37]. Daí que o investimento na educação dos filhos seja uma prioridade (investimento na segunda geração). Por outro lado, há aqui sempre a tentativa de poupar algumas modestas economias para investimento em habitação.

As famílias que integram este modo de vida vivem em bairros periféricos ou próximos deles. Um exemplo desta situação é o município do Cazenga, construído no tempo colonial como bairro de habitação social da cidade de Luanda. Se na altura da sua construção era um bairro bom e calmo para viver, actualmente, a proximidade com os bairros degradados torna-o igualmente perigoso de ser frequentado. Ainda assim, a maioria das casas sofreu obras não só no interior como também no exterior (muros altos e pintados, gradeamento, etc.).

Apesar do descontentamento com o ambiente do bairro e com a degradação natural das habitações, a maioria das famílias não tem alternativas para mudar para zonas habitacionais que apresentem melhores condições. O sector habitacional é muito incipiente em Angola e os preços das habitações que se vão construindo é muito elevado. A mobilidade passa pelo investimento na escolarização dos filhos. O passado é pobre e o presente é tempo de preparação de um futuro melhor [Capucha 2005: 232]. Como o investimento na formação dos filhos se apresenta como prioritário, elaboram para o efeito diversas estratégias económicas tendo em vista o aumento do rendimento que permita realizar esse investimento.

* * *

Os modos de vida identificados não são absolutos e apresentam-se em aberto, acompanhando as dinâmicas sociais, o que significa que podem alterar-se, actualizar-se ou construírem-se novos modelos, consoante as necessidades. De igual modo, os seus integrantes podem transitar de um modo de vida para outro, ora progredindo, ora regredindo, consoante se registem alterações no seu quotidiano. Por exemplo, aqueles que investem numa actividade geradora de rendimentos, ainda que seja no sector informal, têm maior probabilidade de sair da destituição para a restrição mas, por outro lado, aqueles que se resignam ou que não conseguem enfrentar os diversos constrangimentos rapidamente podem passar da restrição para a destituição ou desafectação. Aqueles que apostam numa estratégia de escolarização beneficiarão disso e conseguirão melhor integração profissional que melhorará as suas condições de vida e os seus hábitos de consumo. Por isso, embora se perspective uma alteração dos modos de vida, para melhor, podem surgir constrangimentos inesperados que alterem esse cenário (crise económica, desastres naturais, entre outros).

A análise dos modos de vida da pobreza permite-nos não só identificar os grupos sociais mais vulneráveis à pobreza, como também as estratégias que adoptam para enfrentarem os diversos constrangimentos com que se deparam. Essas adaptações dos meios às suas necessidades são muitas vezes baseadas na solidariedade ou entreajuda que os mais pobres estabelecem entre si e que assentam nas relações de parentesco, que funcionam como relações de produção, relações políticas ou esquemas ideológicos [Marie 1976: 158].

O aumento galopante da pobreza e a incapacidade por parte das instituições públicas para dar resposta aos apelos dos mais carenciados intensificaram as redes de solidariedade, que se mantêm como um dos pontos fortes em Angola. De facto, os angolanos só conseguiram sobreviver durante anos de turbulência, ao longo dos quais o apoio do Estado ou de outras instituições foi escasso, porque existiam mecanismos de ajuda mútua, solidariedade e acção colectiva [Robson & Roque 2001: 3] e é precisamente nessa solidariedade que assentam as relações quotidianas e se enfrenta o presente.

Conclusão

O conflito armado e as suas consequências directas e indirectas são apontados como as causas principais para o elevado índice de pobreza que caracteriza a população angolana. O processo de destruição em que este país esteve envolvido foi demasiado longo e abrangente. Para além das infra-estruturas físicas foram igualmente destruídos os modos de vida, culturas e identidades, resultando daí uma sociedade fragmentada e dividida.

O fim do conflito armado tem possibilitado maior investigação sobre a pobreza e uma melhor definição das estratégias a elaborar para a sua erradicação, bem como analisar os modos de vida das categorias sociais mais vulneráveis às condições de pobreza. Desde modo, a investigação sobre os modos de vida permitiu-nos identificar, à data, cinco modos de vida da pobreza em Angola: restrição, destituição, transitoriedade, investimento na mobilidade e desafectação.

O modo de vida da restrição, caracterizado pela precariedade e instabilidade no emprego distingue-se da destituição (nível de vida nos limites da sobrevivência) pelo acesso ao mercado de trabalho. A transitoriedade é característica dos desempregados, famílias monoparentais, alguns reformados e jovens à procura do primeiro emprego. Os poucos que conseguem criar alguma estabilidade investem tudo o que têm na educação dos filhos, para que esta segunda geração saia da condição de pobreza. Esse investimento na mobilidade social é feito por alguns operários e empregados com alguma escolaridade e rendimento fixo. O último modo de vida identificado é o da desafectação, que é característico de toxicodependentes, reclusos e ex-reclusos, crianças de rua e sem-abrigo – categorias sociais que romperam os laços com a sociedade.

A mutabilidade que caracteriza o fenómeno da pobreza também se traduz nestes modos de vida, o que faz com que a passagem de um modo de vida para outro seja uma constante, quer para melhor, quer para pior. Importa pois aprofundar os estudos sobre a pobreza e os modos de vida da pobreza em Angola, de modo a perceber-se como as categorias sociais mais desfavorecidas se adaptam aos diversos constrangimentos quotidianos e como reconfiguram os seus espaços.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira *et al*.
1994: *Exclusão Social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora

AMARO, Rogério Roque
2003: *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal*, Genebra: BIT – STEP

CAPUCHA, Luís
2005: *Desafios da pobreza*, Oeiras: Celta Editora
1992: *Problemas da pobreza: Conceitos, contextos e modos de vida*, Lisboa: ISCTE (dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana)

CARVALHO, Paulo de
2004: *Exclusão social em Angola: O caso dos deficientes físicos de Luanda*, Lisboa: ISCTE. (Tese de Doutoramento em Sociologia)

FERNANDES, António Teixeira
1991: "Formas e mecanismos de exclusão social", *Sociologia I*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 9-66

GUERRA, Isabel
1993: "Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos", *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 13, pp. 59-73

INE – Instituto Nacional de Estatística
2010: *IBEP: Inquérito integrado sobre o bem-estar da população. 2008-2009*, Luanda: Instituto Nacional de Estatística

MARIE, A.
1976: "Relações de parentesco e relações de produção nas sociedades de linhagem", in: F. Pouillon *A Antropologia Económica*, Lisboa: Edições 70

MINPLAN – Ministério do Planeamento
2011: *Estatísticas Angola*, Luanda, www.minplan.gov.ao <acedido a 15/06/2011>
2010: *Relatório Sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, Luanda: MINPLAN
2005: *Estratégia de Combate à Pobreza: Exposição Síntese de Alguns Itens Seleccionados* (da Vertente Social), Luanda, "Cadernos da População e Desenvolvimento", Ano V, vol. 9, nº 1

PNUD
(1990 a 2011): *Relatório do Desenvolvimento Humano (1990 – 2011)*, PNUD, www.undp.org <acedido a 15/06/2011>

ROBSON, Paul. & Sandra ROQUE
2001: *Aqui na cidade nada sobra para ajudar. Buscando a solidariedade e a acção colectiva em bairros peri-urbanos de Angola*, Luanda: ADRA

VINYALS, Luís
2002: *O financiamento público dos sectores sociais em Angola*, Cascais: Principia

Recebido a: 28/Fevereiro /2012
Enviado para avaliação: 5/Março/2012
Recepção da apreciação: 3 e 19/Abril/2012
Recepção de elementos adicionais: 7/Maio/2012
Recepção da segunda apreciação: 9/Maio/2012
Aceite para publicação: 12/Maio/2012

Title

Ways of life of poverty in Angola.

Abstract

The context of peace that currently occurs in Angola has allowed more studies and research on poverty that characterizes that country which affects the great majority of Angolans, as well as an understanding of how social groups most vulnerable to poverty faces its everyday life. It is in this context that the notion of way of life of poverty takes particular importance.

Key-words

Poverty, ways of life, Angola.